





# O Capitalismo e o Acordo de Cancun

Faces de uma Mesma Crise

MIGUEL BORBA DE SÁ

SANDRA QUINTELA



# SUMÁRIO

O CAPITALISMO E ACORDO DE CANCUN: FACES DE UMA MESMA CRISE 7

CONCLUSÃO: NOVAS FRONTEIRAS DE EXPANSÃO DO CAPITAL E A RESISTÊNCIA  
NECESSÁRIA 25

ACORDO CANCÚN - LCA

ACUERDO DE LOS PUEBLOS

ACUERDO DE LOS PUEBLOS - CONCLUSIONES



## O capitalismo e Acordo de Cancun: faces de uma mesma crise

Entre 29 de novembro e 10 de dezembro de 2010 foi realizada em Cancún, México, a 16ª edição da Conferência das Partes da Convenção Marco das Nações Unidas para Mudanças Climáticas (COP-16). As “partes”, nesse caso, são os 194 países que assinaram e ratificaram tratados internacionais no âmbito da ONU obrigando-se a cooperar para combater as mudanças climáticas.

Ao contrário da edição anterior (COP-15) em Copenhague, na Dinamarca, o encontro de Cancún não gerou muitas expectativas em relação ao estabelecimento de um acordo que pudesse realmente lidar com as causas e efeitos da crise climática. Poucos chefes de Estado compareceram ao balneário turístico mexicano, a imprensa internacional não deu tanto destaque ao tema e nem mesmo os movimentos sociais e organizações da sociedade civil conseguiram preparar mobilizações massivas, apesar de terem feito importantes protestos, denúncias e encontros. Em termos de mobilização mesmo, foi a polícia federal mexicana quem mais apareceu, com seus mais de 35 mil soldados espalhados por todas as esquinas da cidade, cruzando incessantemente de um lado para outro em suas pick-ups negras com metralhadoras giratórias na caçamba e fuzis apontados para todos os lados. Sem contar os helicópteros

trazidos diretamente da guerra no Afeganistão e que volta e meia davam seus rasantes sobre a cidade, principalmente se alguma passeata estava em curso.

Os habitantes de Cancún certamente notaram a militarização da sua cidade. É provável que tenham se lembrado da reunião da Organização Mundial do Comércio (OMC), em 2003, quando as largas avenidas do centro foram palco de protestos – seguidos de intensa repressão – contra mais uma rodada de liberalização comercial e seus conhecidos efeitos sobre a população mais pobre do planeta. Naquela ocasião, o camponês coreano Lee Kyung Hae cometeu suicídio, esfaqueando a si próprio, após subir em uma barricada da polícia, no que ficou marcado como ápice da revolta contra o aprofundamento da globalização neoliberal na época. Desta vez, os trabalhadores e pedestres que passavam pelo centro da cidade estavam atentos para ver se algo parecido aconteceria, mas as manifestações foram pacíficas e a polícia observou sem interferir, inclusive quando manifestantes fizeram uma bonita homenagem a Lee, deitando-se no chão da praça onde ele morreu, para em seguida levantarem-se como sinal de que sua luta está viva.

Cancún é um lugar atípico, em

muitos sentidos. Não existia qualquer ocupação humana há pouco menos de 40 anos atrás. Tratava-se apenas de uma bela região litorânea localizada na península de Yucatán, repleta de praias, lagoas, restingas e manguezais. O local, escolhido para tornar-se um dos destinos turísticos mais procurados no mundo, foi literalmente construído e planejado para viajantes de alta renda. Os 25 km de extensão da faixa litorânea que formam a zona hoteleira da cidade são, na verdade, fruto de um enorme aterro artificial que alterou boa parte da fauna e flora originais do local. Hotéis de luxo, 17 campos de golfe, iate clubes, spas, cassinos, cadeias de restaurantes internacionais, centros comerciais, bares e boates, nas quais meninas mexicanas dançam - em cima das mesas e de mini-shorts - música pop norte-americana todas as noites, compõem o cenário típico de Cancún hoje em dia.

Não apenas os cardápios dos restaurantes estão em inglês, mas também as placas de trânsito e todos os vendedores das inúmeras lojas de produtos de luxo e agências de aluguel de veículos espalhadas pela zona hoteleira dão preferência ao idioma gringo. Além de passar férias, muitos aproveitam para fazer compras, já que a cidade também é uma zona livre de impostos para artigos como relógios, roupas de marcas famosas e perfumes. Não à toa, o lugar está repleto do típico turista americano, que se sente bem à vontade em locais assim.

Cancún é o sonho de consumo do estadunidense médio. E como consomem! Álcool, água, comida, energia, carros, roupas, jóias, drogas. Não é difícil ver jovens mulheres e rapazes se prostituindo. Coincidência ou não, durante os mesmos dias da COP-16, um dos maiores cassinos da cidade foi inaugurado, com grande pompa. Era o cassino da Playboy, repleto de “coelhinhas” desfilando de biquíni pelos salões enquanto os turistas jogavam em suas mesas de apostas e máquinas caça-níqueis. Mas não são apenas os americanos que freqüentam essa festa tropical. Representantes das elites de toda parte se encontram por lá. A burguesia brasileira, por exemplo, adora Cancún.

Conversando com moradores locais, percebemos um pouco do outro lado dessa realidade. A maioria dos empregados no setor de serviços mora em cidades-dormitório ao redor de Cancún. Eles demoram cerca de duas horas por dia para chegar ao trabalho, além de outras duas para retornar para suas residências. Poucos possuem direitos trabalhistas assegurados e a organização sindical é dificultada de muitas maneiras, inclusive com perseguições. Praticamente ninguém em idade de trabalhar nasceu em Cancún, pois a cidade não existia. Tudo parece bastante artificial, não há tradições populares locais. Quase todos os trabalhadores são imigrantes pobres de outras regiões do México e da América Central. Muitos querem apenas ganhar algum dinheiro para poderem

retornar para casa. O salário mínimo do estado de Quintana Roo (onde fica Cancún) é o mais baixo do país, cerca de 700 pesos mexicanos mensais, sendo que os empresários argumentam que isso não é um problema, já que no setor de serviços a maior parte da renda dos trabalhadores vem de gorjetas - em espanhol, “propinas”.

A quantidade de esgoto produzido pela zona hoteleira já poluiu parte do mar e do canal que abriga a maioria das lanchas, iates e veleiros, além da grande lagoa que era um cartão postal da região. Pior, existe uma séria ameaça de afundamento do solo de areia, que foi colocada para aterrar a restinga onde foi erguida a zona hoteleira. O motivo? Excesso de lançamento de esgoto no subsolo. Ou seja, na falta de uma rede de esgotos adequada, *resorts* de luxo podem acabar engolidos por suas próprias fossas! Estão à beira de um grande acidente sanitário.

A crise financeira desde 2008 fez cair drasticamente o fluxo de turistas vindos dos EUA, gerando demissões e maior precarização do trabalho. Os hotéis continuam existindo, mesmo vazios. Nosso taxista explica que eles servem para lavagem de dinheiro. Faz sentido. A cada dia se visita menos as ruínas da civilização Maia nos muitos parques arqueológicos da região. As pirâmides de Kukulcán, onde fenômenos de luz e sombra, como as grandes esculturas de serpentes emplumadas - que guarnecem uma das escadarias e parecerem mover-se durante os

equinócios da primavera e do outono - já não atraem tantos turistas quanto os parques temáticos com suas montanhas russas e piscinas com ondas artificiais.

Cancún não está, de fato, nos seus melhores dias. Constitui-se, portanto, num cenário adequado para sediar uma conferência que tampouco tem conseguido avançar na tentativa de lidar com a crise climática e suas causas subjacentes. Estas vão muito além do aquecimento global, chegando até os fundamentos do modelo de desenvolvimento capitalista e suas necessidades de produção e consumo. Em Cancún, uma série de negociações conturbadas fez emergir um acordo de legitimidade questionável e com conseqüências perigosas.

Além dos métodos pouco democráticos de formulação do rascunho e da criticada proclamação de consenso, mesmo diante de recusas explícitas de um país membro, o Acordo de Cancún avançou bastante na mercantilização na natureza como estratégia dominante para enfrentar os desafios atuais. Na realidade, em vez de local de discussões sobre as raízes profundas e posicionamentos concretos para combater as mudanças climáticas, o centro de convenções *Cancunmesse* mais parecia um verdadeiro balcão de negócios para títulos ligados a comércio de carbono. O mercado, principalmente o financeiro, foi consagrado como ator central para

lidar com a crise climática e abandonou-se o regime de metas obrigatórias para os países industrializados – os que mais poluem – reduzirem suas emissões. O acordo aprovado em Cancún certamente produzirá lucros altíssimos para uma série de empresas envolvidas na mercantilização da natureza, ao passo que os benefícios para o planeta e os mais atingidos pelas mudanças climáticas ficaram em segundo plano, sem garantias e ainda mais distantes.

No idioma Maia, Cancún - *Khan Kun* - quer dizer “pote ou ninho de cobras”. Parece um nome politicamente adequado para o tipo de encontro que se realizou por lá. Vejamos com um pouco mais de detalhes os processos e conseqüências do que foi negociado e decidido na COP-16.

### **“Cancunhague”? O Acordo de Cancún e suas conseqüências.**

Logo no primeiro dia da conferência tivemos o choque resultante do anúncio feito pela delegação japonesa de que seu país não iria renovar, sob nenhuma hipótese, seu comprometimento com o Protocolo de Kioto. Tal atitude foi interpretada como agressiva e, de certa forma, foi um “cartão de visitas” das intenções dos países ricos em Cancún. O Protocolo de Kioto é o único instrumento legalmente vinculante existente até hoje que obriga os países industrializados – chamados “países do Anexo 1” - a atingirem

prazos e metas de redução de emissões até 2012. Mesmo que tais metas sejam baixas e insuficientes, esse instrumento legal era considerado uma conquista na luta contra o aquecimento global e pela justiça climática, já que atribuía aos países ricos – historicamente os mais poluidores – a responsabilidade pelas reduções, ao passo que eximia os países pobres de metas. Tal princípio ficou conhecido como “responsabilidades compartilhadas, porém diferenciadas”.

Os Estados Unidos nunca assinaram o Protocolo de Kioto e muitos pensavam que as conferências da ONU seriam oportunidades para conseguir que os americanos aderissem ao tratado. No entanto, aconteceu o contrário. Não apenas nunca se logrou a adesão dos EUA, como a contraproposta de acordo trazida pelos estadunidenses sagrou-se vencedora, o que virtualmente pôs fim ao Protocolo de Kioto. De acordo com o novo enfoque político contido na contraproposta americana, os países em desenvolvimento deveriam assumir responsabilidades iguais às dos países ricos. Além disso, o sistema de prazos e metas decididas multilateralmente e com base em informações científicas foi abandonado em prol de um modelo baseado em promessas e reduções voluntárias, definidas individualmente por cada país. Foi argumentado que tal modelo seria importante por conta das fragilidades econômicas dos países do Norte após a crise financeira de

2008-2009. Tais países garantiram que as reduções voluntárias poderiam alcançar um patamar de 13 a 16% de redução de gases do efeito estufa até 2020, mas acabou-se com a possibilidade de sanções legais pelo direito internacional caso tais projeções não sejam atingidas.

Vale lembrar que, mesmo que o modelo americano de reduções voluntárias funcione – o que é pouco provável –, uma redução de 16% será insuficiente para alcançar a meta de 2 graus de aumento na temperatura do planeta – meta que já é considerada perigosa pela maioria dos cientistas, por ser alta demais. Seguindo tal modelo, corremos o risco de chegarmos a um aumento de 3 ou 4 graus, o que seria catastrófico, principalmente para as populações mais vulneráveis, leia-se, empobrecidas. Ainda sobre o tema, também é importante destacar a revolta da comunidade científica, que classificou como “cinismo” o adiamento para 2015 da decisão sobre a redução da meta de 2 graus para 1,5 graus, pois daqui a cinco anos a meta de 1,5 graus já não poderá mais ser alcançada e tal discussão não terá mais sentido. Seria necessário tomar medidas desde já, o que foi rejeitado em Cancún. Ficou patente, portanto, um profundo divórcio entre a tendência ao agravamento das mudanças climáticas conforme tem sido apresentada pelo mundo científico e a posição tomada em Cancún pelos países mais poluidores do mundo.

No entanto, o debate sobre metas e

prazos para redução de emissões foi apenas uma parte das negociações. Os mecanismos para atingir tais metas foram novamente discutidos e também nesse campo os resultados advindos de Cancún foram preocupantes. Em vez de adotar políticas públicas que realmente reduzam emissões de CO<sub>2</sub> – o que implicaria em uma radical revisão do atual modelo de produção e consumo –, o acordo de Cancún consagrou, paradoxalmente, os mercados de carbono como os mecanismos privilegiados de redução de emissões. O problema é que tais mecanismos não são destinados a poluir menos e, desta forma, salvar o planeta. Pelo contrário, são formas de comprar “direitos de poluir”, os chamados créditos de carbono, com a expectativa de que em alguma outra parte do mundo alguém que vendeu estes créditos esteja deixando de emitir CO<sub>2</sub> na atmosfera. Trata-se, portanto, de um mecanismo de compensação, mesmo que no final das contas seja uma compensação fictícia, já que na melhor das hipóteses consegue-se evitar poluição adicional. De nenhuma forma os créditos de carbono são capazes de reduzir de fato as emissões, pois são feitos para gerar lucros ao concederem o direito de poluir aos que podem pagar por eles. Daí o paradoxo de eleger tais mecanismos como “soluções” para a crise climática.

Paradoxo para nós, que estamos interessados em proteger o planeta e a vida das pessoas mais afetadas

pelas mudanças climáticas, a saber, imigrantes, mulheres, comunidades camponesas e indígenas, populações empobrecidas, principalmente no Sul global. Pois, para os representantes de grandes corporações capitalistas, especuladores financeiros e governos com eles comprometidos, não existe paradoxo nenhum, já que os créditos de carbono são um grande negócio, a cada dia mais promissor e lucrativo. Para eles, a atual crise climática é mais uma oportunidade para acumular capital, mesmo que às expensas da degeneração da Terra. Em Cancún, além dos Mecanismos de Desenvolvimento Limpo (MDL), uma nova modalidade de geração de créditos de carbono entrou em cena e tornou-se o assunto central da maioria dos debates, polêmicas e stands de vendas: trata-se dos mecanismos para “Redução de Emissões por Desmatamento e Degeneração” (REDD)<sup>1</sup>.

Em poucas palavras, tais mecanismos funcionam da seguinte maneira: com MDL, uma empresa altamente poluidora pode continuar emitindo seus gases de efeito estufa caso compre suficientes créditos de carbono gerados por outra empresa, que supostamente criou uma tecnologia para evitar emissões adicionais. Ou seja, é feita uma

estimativa de quanto carbono “deixou-se” de lançar na atmosfera por conta da tal tecnologia “limpa” e com isso geram-se créditos de carbono que podem ser comprados por quem não conseguiu evitar emissões e “precisa” continuar poluindo.

Assim, em vez de uma indústria petroquímica investir na transformação do seu processo produtivo de modo a torná-lo menos poluidor ou simplesmente baixar a sua produção e com isso poluir menos – duas opções custosas em termos financeiros - ela pode simplesmente comprar por um preço bem mais barato alguns créditos de carbono de alguém que conseguiu certificar sua produção como MDL, e tudo seguir como antes. Bom, quase tudo. Pois, neste caso, as mudanças climáticas só tendem a se agravar. Mas os benefícios para os poluidores não param por aí, já que há a possibilidade de revender tais créditos de carbono nos mercados financeiros internacionais e lucrar em cima da especulação sobre eles.

Não apenas barateia-se o custo da mitigação das emissões – na verdade, abandona-se este objetivo por meio da compensação fictícia – mas também se cria uma nova fonte de lucros, sem ter que gastar um centavo sequer para adaptar a produção. Nada disso ajuda muito a lidar com o aquecimento global, mas isso parece ter importância secundária dentro dessa linha de raciocínio, que privilegia o lucro e a transferência de responsabilidades

---

<sup>1</sup>O mecanismo já possui desdobramentos, chamados REDD + e REDD++, mas a idéia por de trás de todos eles é essencialmente a mesma.

em detrimento da vida e do planeta. Novamente, a crise climática é convertida em oportunidade para manter a acumulação de capital via criação de novos produtos financeiros para fins de comercialização, melhor dito, especulação. Uma oportunidade irresistível, principalmente em tempos de crise financeira global.

Somente seguindo esta lógica é que podemos entender os mecanismos REDD, tão em voga no momento. A idéia é similar aos MDL, mas nesse caso em vez de uma tecnologia supostamente limpa, os certificados para créditos de carbono são gerados a partir da preservação de uma determinada área de floresta. Assim, uma indústria poluidora pode continuar emitindo da mesma forma que antes e comprar créditos de carbono que supostamente garantem que uma floresta em algum lugar do mundo não estará sendo desmatada, o que evitaria a emissão adicional de CO<sub>2</sub> por conta das queimadas.

Além de todos os problemas acima descritos em relação aos MDL, os mecanismos REDD possuem perigos adicionais. Em primeiro lugar, a definição de floresta utilizada é vaga demais. O objetivo seria incluir plantações de monoculturas e assim estimular a disseminação dos “desertos verdes” e do agronegócio como se fossem soluções contra o desmatamento. Sabemos que, na verdade, acontece o contrário: agronegócio e monoculturas são uma das maiores causas de

derrubada de florestas mundo afora e no Brasil em especial. Em segundo lugar, a maioria dos projetos REDD tem como alvo regiões habitadas por comunidades indígenas, que são incentivadas ou coagidas a vender por preços irrisórios o controle que possuem sobre seu território – com o qual sempre desenvolveram uma relação harmônica - para que uma empresa estrangeira possa posar como ambientalmente amigável. Após assinar um acordo REDD, os indígenas ficam proibidos de tocar nas matas em que vivem e manter seu modo de existência tradicional, perdendo assim a soberania sobre seu território, mesmo que dentro de uma reserva já demarcada pelo Estado. Os perigos de crises de soberania alimentar são enormes para tais comunidades. Por fim, já é sabido que muitas experiências de REDD hoje em dia envolvem a participação do Estado, geralmente via Forças Armadas, que assumem o papel de mediação entre as comunidades e as empresas estrangeiras, culminando em uma efetiva militarização e privatização dos territórios indígenas, que até então gozavam de relativa liberdade e autonomia.

Os defensores de REDD afirmam que a única maneira de preservar as florestas é colocando um preço nelas, para que gerem mais lucros em pé do que sendo desmatadas. Não percebem que estão oferecendo como remédio a própria causa da doença: o capitalismo predatório desmata sem parar devido a seu apetite insaciável por recursos

naturais; e, para evitar esse desmatamento, sugere-se uma dose maior ainda de capitalismo ao mercantilizar a natureza, precificando-a. Será que não percebem que é a transformação da natureza em mercadoria que está na raiz de sua destruição? Como podem ignorar que mercantilizar uma floresta apenas aumentará a necessidade de realizar o lucro sobre esta “mercadoria”? Que irão desmatar ainda mais rápido os territórios que não forem incluídos em tais programas, devido ao aumento do custo para desmatar em caso de demora?

Não obstante todas essas questões, a regulamentação dos mecanismos REDD foi apresentada como um dos sucessos da COP-16. Curioso, pois pouco foi de fato regulamentado. Na verdade, deu-se um “sinal verde” para as experiências de REDD já em curso e um estímulo político para novos projetos nesse sentido. No entanto, manteve-se considerável nebulosidade quanto a questões importantes em termos de regras a respeito desse mecanismo. Por exemplo, como um projeto pode ser considerado REDD? Quem autoriza? Baseado em que? Quem tem autoridade para gerar o certificado que embasará o crédito de carbono? Qual a legitimidade democrática de tal autorização? Como adequá-la às constituições nacionais e tratados internacionais garantidores de direitos dos povos indígenas e comunidades tradicionais? Quem está autorizado a comprar? Qual a natureza do título-derivativo que

será comercializado nos mercados financeiros internacionais? Pode ser revendido livremente, abrindo espaço para especulação? E se o título virar “papel podre”, se uma bolha especulativa explodir, como ficam a comunidade e o território? Devedores? Quem paga? Nesse caso, pode-se voltar a desmatar?

Apesar do protagonismo dos mecanismos REDD e das inúmeras agências e empresas anunciando possibilidades de negócios lucrativos a partir deles, nenhuma dessas questões foi suficientemente debatida em Cancún, muito menos resolvida. A impressão que ficou foi que existe um interesse em manter pouca clareza sobre as formas de implementação de tais mecanismos, com o intuito de evitar as polêmicas e ir avançando até que sejam fatos consumados e não se possa mais voltar atrás. Infelizmente, não foram apenas grandes corporações, indústrias poluidoras e representantes de mercados financeiros a defender tais programas na COP-16. O frenesi em torno de REDD era tanto que até mesmo um governo como o do Equador, considerado como progressista, possuía um mini-pavilhão próprio no *Cancunmesse* destinado exclusivamente a vender seu programa de REDD, que possui o sugestivo nome de “sócio bosque”.

Outro tema importante a destacar nos acordos de Cancún é o do financiamento para combater o aquecimento global. O Protocolo de Kioto – que, como vimos, era mais

interessante por sua defesa da noção de *justiça climática* do que por suas baixas metas de redução <sup>2</sup>— previa uma transferência de tecnologia do hemisfério Norte para o Sul, afim de possibilitar aos países pobres a adaptação de seus sistemas produtivos. Da mesma forma, as últimas negociações falavam em transferência direta de recursos financeiros para tais países, pelo mesmo motivos, já que as tecnologias menos poluentes são caras e pouco acessíveis por conta de direitos de propriedade intelectual. Existia um relativo consenso de que o financiamento para a mitigação e adaptação nos países do Sul deveria ser “adicional”, ou seja, não poderia fazer parte de nenhuma linha de financiamento já existente, como ajudas de cooperação bilateral ou empréstimos. Por fim, a criação de um fundo global para o financiamento do combate ao aquecimento global deveria ser feita pelas Nações Unidas e possuir caráter e gerenciamento públicos. Na COP-16 tudo isso foi deixado de lado.

Os EUA avisaram em alto e bom som que sequer discutiriam a questão das patentes, pois boa parte das empresas que desenvolvem

tecnologias de adaptação produtiva tem capital americano e seus ganhos estão relacionados com “direitos” de propriedade intelectual. Com isso, a questão da transferência de tecnologia ficou virtualmente emperrada: países em desenvolvimento continuarão a ter que pagar caro pelas novas tecnologias mais limpas e pelas tecnologias de adaptação de sua estrutura produtiva. O preço pode ser proibitivo e impedir tanto a adaptação quanto a mitigação.

Além disso, a noção de transferência de recursos financeiros “adicionais” foi abandonada. Em seu lugar, os países do Anexo 1 fizeram o possível para que o texto do acordo apenas fizesse menção à “mobilização” de 100 bilhões de dólares até 2020. Ora, o termo “mobilizar” foi a fórmula encontrada para não comprometê-los com transferências diretas de dinheiro. Falando apenas em “mobilização” abre-se a porta para incluir empréstimos, cooperação já existente, recursos advindos da venda de créditos de carbono e outras formas de financiamento que em sua maioria obedecerão à lógica do investimento privado, podendo gerar mais dívidas externas e condicionalidades políticas, comprometendo assim a

---

<sup>2</sup> Mesmo que as metas estabelecidas em Kioto fossem baixas e insuficientes, esse protocolo era o único instrumento jurídico existente para cobrar dos países que mais poluem uma atitude mais engajada em relação à crise climática, além de reconhecer

a maior responsabilidade política e histórica de tais países na gestão desta crise, pois se desenvolveram às custas dos recursos naturais e do trabalho extraído dos segmentos sociais e regiões mais pobres do planeta.

capacidade dos países do Sul de realmente fazer frente aos desafios colocados pelas mudanças climáticas. São temores que apenas aumentaram com a escolha do Banco Mundial como gestor do “fundo verde” que concentrará e distribuirá tais recursos.

Por tudo isso, o encontro de Cancún pode ser considerado um divisor de águas. Uma mirada mais ampla permite considerar a COP-16 como o momento em que todo um árduo trabalho - que teve início na Rio 92, ou mesmo antes, e teve continuidade com o Protocolo de Kioto de 1997-, acabou sendo revertido. Foi o momento em que a lógica do privado finalmente prevaleceu sobre a lógica do público, do social e do ambiental; o lugar em que as necessidades dos povos e da natureza e os avisos da comunidade científica tiveram que se subordinar aos imperativos do lucro e da acumulação de capital. Um ano antes, em Copenhague, já se havia tentado produzir tal resultado. Mas a resistência havia sido massiva: passeatas de 200 mil pessoas do lado de fora e inúmeras delegações

de países dentro da conferência impediram que o rascunho do “acordo de Copenhague” fosse aprovado na COP-15. Um ano depois, praticamente o mesmo acordo foi aprovado em Cancún, levando muitos a chamá-lo de “Cancunhague”, devido às suas inúmeras similaridades.

Além do longo trabalho de cooptação, suborno e chantagem<sup>3</sup> para cima dos países africanos, que originalmente resistiam a tais acordos, alguns analistas atribuíram esta mudança de resultados à atuação da diplomacia mexicana, anfitriã do evento. Logo no início, a Presidente da conferência – a chanceler mexicana Patrícia Espinosa – escolheu um seletivo grupo de países “confiáveis” que iriam trabalhar a portas fechadas no chamado “salão verde” para rascunhar a versão final do documento a ser aprovado. É bom dizer que tal procedimento, que foi comparado ao “estilo OMC” de negociações<sup>4</sup>, não está previsto nos estatutos da Convenção Marco e por isso foi mantido em sigilo, até que em menos de uma semana a

---

<sup>3</sup> Muitos estados africanos foram alvos da seguinte estratégia: ou aceitam este acordo ou não haverá nenhum financiamento para África! Em outras palavras, a imposição de mecanismos de mercado como REDD e MDL como únicas alternativas existentes foi feita de forma agressiva para países que precisam desesperadamente de apoio financeiro. Isso explica, em parte, a mudança de posição dos países africanos de uma conferência para a outra, pondo fim à resistência que originalmente demonstravam um ano antes.

<sup>4</sup> Khor, M. *Spotlight Cancun: strange outcome of Cancun Conference*. Triple Crisis: global perspectives on Finance, Development and Environment - Third World Network, 14/12/2010. Disponível em: <http://triplecrisis.com/spotlight-cancun-strange-outcome-of-cancun-conference>. Do mesmo autor, ver: Khor, M. *Cancun meeting used WTO-type methods to reach outcome*. SUNS, 16/12/2010, em: <http://www.twinside.org.sg/title2/climate/info.service/2010/climate20101202.htm>.

informação vazou, gerando revolta naqueles que não tinham sido convidados a participar, assim como naqueles que ainda tinham fé nos princípios do multilateralismo da ONU<sup>5</sup>.

Aliás, o apelo ao multilateralismo adquiriu contornos maquiavélicos em Cancún. Em nome da salvação do processo multilateral todos deveriam aceitar o que era vendido como “único acordo possível”. Aqueles que discordassem deveriam arcar com os custos políticos de fazer o multilateralismo fracassar. Mas que multilateralismo é esse, no qual não se pode discordar do que as grandes potências propõem? Não importa. Uma das frases mais ouvidas nos corredores do luxuoso *Moon Palace*, palco das negociações, era: “melhor qualquer acordo do que nenhum acordo”. Outra era, “o ótimo é inimigo do bom”. Até mesmo organizações da sociedade civil acabaram por aderir a este discurso, como o Greenpeace e a Oxfam. O curioso é que um ano antes, ambas haviam rejeitado e denunciado o acordo de Copenhague como “criminoso”. Agora estavam dispostas a aceitar o idêntico Acordo de Cancún como “motivo de

esperança”, como algo que supostamente havia colocado as conferências da ONU em uma “nova rota de recuperação”. Tudo em nome da salvação do multilateralismo, mesmo que de uma espécie rara. Para não repetir o “fracasso de Copenhague”, onde nenhum acordo foi obtido - pela necessidade de consenso estabelecida pelas regras da Convenção Marco - todos deveriam abdicar de suas posições e até mesmo da razão científica em prol da assinatura de um acordo, de “qualquer acordo!”.

Falando em consenso, este conceito também ganhou nova significação em Cancún. Diante da recusa da Bolívia em assinar um acordo de consequências perigosas, construído de forma antidemocrática, portanto ilegítimo, e que não atendia aos apelos da comunidade científica ou dos povos mais afetados pelas mudanças climáticas, a Presidente da conferência decidiu declarar o texto aprovado mesmo assim, já que segundo sua inovadora interpretação, a rejeição de um país não significava que o consenso não tivesse sido alcançado. Parece estranho, e de fato é. Mas foi isso que aconteceu. Mesmo após o

---

<sup>5</sup> Em Copenhague, como é sabido, os EUA apresentaram, no penúltimo dia, uma proposta de acordo a um seleto grupo de países, dentre eles o Brasil, que consideraram boa a proposta. Neste momento, acreditou-se que o “acordo de Copenhague” seria aprovado. No entanto, tais países não contavam com a resistências das nações mais

pobres, que rechaçaram tanto o documento em si como a forma anti-democrática com a qual ele tinha sido produzido. Em Cancún, o método foi refinado um pouco, criando-se desde o princípio um grupo que deveria rascunhar o (mesmo) acordo e “convencer” as demais partes a aceitá-lo no último dia.

chanceler boliviano, Pablo Solón, fazer um discurso inflamado no plenário da conferência, explicitando as causas da não adesão de seu país e denunciando a falta de consenso, a chanceler mexicana declarou o acordo aprovado de qualquer forma, em flagrante desrespeito às normas da Convenção Marco.

A dissidência boliviana já era prevista devido ao posicionamento coerente do país andino desde a COP-15, no ano anterior. Em Copenhague, diante da impossibilidade de se alcançar um acordo sério por conta dos poderosos interesses econômicos ali representados, o presidente Evo Morales decidiu convocar a Conferência dos Povos sobre Mudança Climática e os Direitos da Mãe Terra, que se realizou na cidade de Cochabamba, em abril de 2010. O encontro foi um sucesso, contando com a presença de mais de 35 mil pessoas, representando inúmeras organizações da sociedade civil, movimentos sociais e governos de todas as partes do globo. O “Acordo dos Povos” construído em Cochabamba apresentou uma série de medidas concretas para combater as mudanças climáticas e reduzir as emissões em 50%, dentre elas a criação de um Tribunal Internacional de Consciência Climática - para punir os países e corporações que desrespeitassem as metas de redução de emissões e os direitos dos migrantes climáticos – e a criação de um fundo global de caráter público para possibilitar a adaptação produtiva no Sul global em direção a tecnologias mais

limpas. Este fundo seria criado a partir da transferência de gastos com armamentos e guerras, que atualmente representa 6% do PIB dos países do Anexo I.

No entanto, tais medidas não apenas foram ignoradas na COP-16, como um verdadeiro processo de marginalização da Bolívia foi ensaiado pelas grandes potências, que se esforçaram para vender a idéia de que outro fracasso nas negociações seria culpa da intransigência do governo do país andino. Nem mesmo os demais integrantes da Alternativa Bolivariana para as Américas (ALBA) ficaram imunes a tal jogo de pressão. No fim, até mesmo Cuba aderiu ao acordo, deixando completamente isolada a Bolívia, que chegou a retirar momentaneamente sua delegação do plenário como forma de protesto contra tudo o que estava acontecendo.

A tentativa de culpar a Bolívia até que alcançou a grande imprensa e ganhou eco em alguns representantes de governos. Afinal, todos estavam interessados em achar alguém para culpar, mesmo que uma análise mais atenta, que comparasse o “Acordo de Cancún” com as propostas bolivianas demonstrasse claramente qual lado tinha mais coerência e seriedade para de fato combater as mudanças climáticas e mitigar suas consequências devastadoras, já sentidas por muitos setores vulneráveis da população mundial.

Tal comparação foi feita pelos movimentos sociais e organizações da sociedade civil, que se encontraram em diferentes espaços em Cancún. Assim, o apoio vindo das ruas impediu que a hipócrita tentativa de marginalizar a Bolívia tivesse êxito e representou um importante contrapeso popular para uma discussão que já havia sido completamente distorcida politicamente dentro da conferência oficial. Nos inúmeros protestos que tomaram as ruas de Cancún, a palavra de ordem que mais se ouvia era “Cochabamba si, REDD no!”...

**“Cochabamba si, REDD no!” - Movimentos sociais e as resistências populares ao Acordo de Cancún.**

Se é verdade que as mobilizações de rua em Cancún não foram tão impressionantes como as ocorridas em Copenhague um ano antes, também é verdade que importantes e representativos encontros, marchas e protestos deixaram clara a indignação popular contra o processo que estava acontecendo dentro do distante *Moon Palace*. Os organizadores da COP-16 corretamente previram que muita

oposição viria das ruas e não à toa prepararam um verdadeiro esquema de guerra para cercar os dois espaços oficiais da conferência com jipes blindados, tanques, barricadas, *check-points* e milhares de soldados armados até os dentes. Mas os manifestantes seguiram sempre pacíficos, dentre outras razões porque seu objetivo não era causar desordem, mas apresentar alternativas reais e concretas para uma abordagem qualificada e à altura do que a crise climática exige.

A questão é que tal abordagem se inicia necessariamente por uma compreensão sistêmica do problema: não se trata simplesmente de uma crise climática, nem mesmo de uma crise ecológica apenas, mas de recorrentes crises econômicas, sociais, políticas, alimentares, sanitárias e biológicas também. Em suma, uma crise sistêmica, de um modelo que não funciona para o bem de todos e do Planeta. Crise aguda do capitalismo<sup>6</sup>, que está negando não apenas a possibilidade de uma vida digna para a maioria, como sempre fez, mas colocando em risco a própria continuidade da

---

<sup>6</sup> Não podemos esquecer, contudo, que crises são parte integrante do capitalismo, desde seus primórdios. É um sistema que vive de crise em crise, como se precisasse delas para continuar funcionando e se expandindo. Assim, muitos capitalistas não necessariamente sofrem com as crises do sistema, pelo contrário, se beneficiam delas. Desta forma, não seria um disparate afirmar que a quantidade e intensidade de crises

atualmente pode representar um momento de auge do capitalismo, de engrandecimento e fortalecimento do sistema que, quanto mais se expande e a tudo domina, mais gera crises durante tais movimentos. Claro que esse fortalecimento é, dialeticamente, perigoso para o próprio capitalismo, já que as conseqüências político-sociais das grandes crises são imprevisíveis.

existência humana na face da Terra. Por este motivo, os cartazes e bandeiras dos manifestantes de Cancún não apenas reproduziram o lema de Copenhague, “Mudar o Sistema, não o Clima”, mas deixaram-no ainda mais explícito, “Capitalismo = Aquecimento Global: Basta!”.

Dois grandes espaços de articulação da resistência popular foram estabelecidos em Cancún: o *Fórum Internacional da Justiça Climática/ Diálogo Climático - Espaço Mexicano* e o *Fórum Global pela Vida, Justiça Ambiental e Social*. Ambos contaram com a participação de movimentos camponeses, indígenas, articulações de atingidos pelas mudanças climáticas, sindicatos, organizações de ambientalistas, além de redes e ONGs de todo o planeta. A maioria das entidades representadas, como não poderia deixar de ser, tinha sua origem nas lutas sociais mexicanas e centro-americanas. Muitos vieram em caravanas, que durante semanas percorreram enormes distâncias e foram engrossando até chegar à Cancún, com trajetos que visitaram áreas já afetadas pelas mudanças climáticas e pelo atual modelo de desenvolvimento. Ambos os espaços fizeram uma espécie de “conferência paralela” à COP-16, onde se realizaram debates, exposições, mesas de trabalho sobre temáticas específicas e oficinas, além de atividades culturais e artísticas.

Além de pressionar politicamente os delegados enclausurados no *Moon Palace*, tais espaços populares foram

objeto de cobertura pelos periódicos locais, programas de rádio e televisão, onde importantes denúncias foram feitas e propostas apresentadas para um público mais amplo. A partir de tais encontros, uma série de marchas e protestos foram organizados em diferentes pontos de Cancún, com o intuito de denunciar a falta de compromisso existente na COP-16 e apresentar alternativas populares para combater as crises atuais. A rejeição enfática das “falsas soluções” de mercado de carbono – MDL, REDD, REDD+, REDD++ -, além das falsas soluções tecnológicas como agrocombustíveis, grandes hidrelétricas ou geo-engenharia, esteve presente em praticamente todas as atividades de ambos os Fóruns.

Infelizmente, uma divergência política doméstica entre organizações mexicanas impediu que tais espaços realizassem atividades conjuntas, o que lamentavelmente enfraqueceu a expressão política da resistência popular. Se unificados, tais espaços poderiam ter incidido muito mais sobre o processo oficial, o que não ocorreu de forma tão significativa. A fragmentação chegou ao ponto de impedir que uma marcha unitária ocorresse no dia 8 de dezembro, como estava inicialmente previsto. Fica claro que a divisão apresentada pela resistência popular não era necessária, principalmente devido ao alto ao grau de similaridade nas atividades e a convergência política de ambos os espaços. As

possibilidades de união eram muitas, o que fica comprovado pela enorme semelhança entre os documentos finais divulgados pelos dois Fóruns. Deve-se aprender com o alerta advindo de tais experiências, para que no futuro tal fragmentação não volte a ocorrer, já que a unidade na luta é fundamental, especialmente em um momento no qual os apetites do mercado já estão voltados para transformar a COP-17, em Durban e, principalmente, a Rio +20, em 2012, em mais uma oportunidade para acumulação de capital à custa da natureza e da vida da população mais pobre do planeta.

De qualquer forma, mesmo separados, ambos os espaços de aglutinação da sociedade civil e da indignação popular serviram para mostrar que as negociações em curso no *Moon Palace*, assim como o balcão de negócios estabelecido no *Cancunmesse*, não tinham legitimidade para falar em nome dos povos, pois ignoravam as causas profundas das mudanças climáticas e apresentavam uma série de falsas soluções, que pareciam mais interessadas em garantir ganhos financeiros para poucos do que de fato enfrentar os desafios colocados pela crise climática para a maioria da população mundial.

Além de participar nos dois grandes Fóruns, algumas organizações da sociedade civil global realizaram atividades próprias, como, por exemplo, a *Cúpula Sul-Sul sobre Justiça Climática e Financiamento ao Clima*, convocada pela rede Jubileu

Sul em conjunto com a Aliança Pan-Africana por Justiça Climática (PACJA), além da rede Amigos da Terra - América Latina e Caribe. Neste encontro, que reuniu representantes de organizações da Ásia, África, América Latina e Caribe, uma série de temas foi discutida, sempre com uma mirada crítica voltada para as falsas soluções apresentadas pelo mercado para o combate às mudanças climáticas. Alternativas foram debatidas e uma declaração final foi lançada, nos moldes das declarações dos dois grandes Fóruns.

Mais ainda, a partir de tal encontro foi lançada a campanha “Banco Mundial fora do Clima”, que realizou duas passeatas pelo centro de Cancún com o objetivo de denunciar o lamentável histórico dessa instituição no financiamento para combustíveis fósseis, que atingiu volume recorde em 2010, com US\$7 bilhões investidos em fontes energéticas altamente poluentes<sup>7</sup>. A campanha visa denunciar a ideologia e as práticas políticas que caracterizam a atuação do Banco Mundial ao longo de décadas, cujos resultados têm sido o endividamento, a perda de autonomia e a impossibilidade de desenvolvimento sustentável para países pobres, que ficam reféns de

---

<sup>7</sup> Entre 2006 e 2010, o Banco Mundial aumentou em 400% seu financiamento para energias fósseis (Mais informação no sítio do Bank Information Center – BIC/USA: <http://www.bicusa.org/en/Article.12365.aspx>).

condicionalidades que os impedem de combater as causas estruturais da pobreza e enfrentar adequadamente as mudanças climáticas. A campanha visa retirar o Banco Mundial da gestão do “fundo verde” de financiamento para o clima, já que tal escolha certamente provocará mais problemas para uma situação que já é crítica.

Outra iniciativa oriunda da *Cúpula Sul-Sul* foi a realização de Tribunais Populares por Justiça Climática, com o intuito de denunciar e sancionar política e moralmente as empresas transnacionais e Estados responsáveis pelo aquecimento global e pela exploração predatória de recursos naturais, culminando nas conhecidas conseqüências sociais que tais práticas implicam para as comunidades mais vulneráveis. Ficou estabelecido que tribunais regionais sejam realizados nos próximos meses com o intuito de acumular forças e preparar um grande *Tribunal dos Povos*, em Durban, África do Sul, palco da próxima COP.

É importante ressaltar que a distância que separou o evento oficial das atividades populares foi

quebrada em alguns momentos, inclusive por organizações e indivíduos que tentaram fazer protestos dentro do *Moon Palace*<sup>8</sup>. No entanto, mais importante do que tais atos isolados de indignação, foi a “migração” feita pela delegação boliviana, que nos últimos dias retirou-se, em protesto, das negociações oficiais e foi buscar abrigo junto à Via Campesina e outras organizações que compunham o *Fórum Global pela Vida, Justiça Ambiental e Social*. Encabeçados pelo próprio presidente Evo Morales, foram recebidos com entusiasmo e carinho pelos milhares de presentes, na sua maioria camponeses e indígenas de várias partes da América Latina, que estavam acampados ao lado do Ginásio Esportivo Municipal, local do evento<sup>9</sup>.

Era um dia chuvoso e cinzento, bem de acordo com o estado de espírito daqueles que já estavam chocados com a vitória da ganância, do pensamento imediatista e da irresponsável busca por lucros a qualquer preço dentro da COP-16. A Via Campesina anunciou que estava previsto um discurso de Evo Morales

---

<sup>8</sup> Aqueles que tentaram fazer qualquer protesto dentro da conferencia oficial foram agressivamente reprimidos pelos seguranças da ONU, levados para prisões em locais não revelados e seus nomes foram mantidos em segredo por dias, impedindo que familiares pudessem contatá-los ou ter qualquer notícia sobre seu paradeiro.

<sup>9</sup> Vale destacar a gestão comunitária do

espaço, que impressionava a quem não está acostumado com construções coletivas. Lá tudo era feito conjuntamente, desde a comida e a limpeza dos banheiros, até a segurança da porta de entrada. O local de dormir também era coletivo: em vez de barracas individuais, uma grande lona de circo foi erguida para abrigar dezenas de camponeses e indígenas.

para as 16h, mas até as 17.30h não havia nenhum sinal do presidente boliviano. Será que a Bolívia teria abandonado sua corajosa resistência e retornado à conferência oficial para assinar o acordo de Cancún? Um temor desta natureza rapidamente se dissipou, juntamente com a chuva que caía sobre a cidade: o atraso não era devido a problemas políticos, mas climáticos, pois algumas ruas ficaram alagadas, impedindo o acesso ao Ginásio Municipal. Por volta de 18h, o primeiro presidente indígena da América Latina foi recebido com festa e um lindo arco-íris que literalmente trouxe um colorido especial, irradiando esperança na alma de todos os presentes: a mãe natureza parecia saber muito bem quem estava do seu lado.

Evo fez um discurso profundo, que renovou a confiança daqueles que acreditam que a luta dos povos pode superar o sistema dos ricos. Lançou duras críticas ao capitalismo, afirmando que não era possível combater as mudanças climáticas sem antes destruir o sistema capitalista que está em sua raiz. Criticou o processo em curso na COP-16 e o descaso com os milhões de atingidos pela crise climática em todo o planeta. Além de resgatar a experiência democrática e as propostas saídas do “Acordo dos Povos” em Cochabamba, Evo denunciou o paradoxo de eleger o Banco Mundial para gerenciar o “fundo verde”, assim como desnudou a real intenção de todas as falsas soluções mercadológicas.

Por fim, sugeriu mudar a palavra de ordem inspiradora da Revolução Cubana, pois em sua avaliação o que está em jogo no momento é mais do que a luta antiimperialista. Trata-se da sobrevivência da espécie humana e do planeta como o conhecemos. Assim, em vez do conhecido “Pátria ou morte, venceremos!”, o presidente boliviano encerrou seu discurso gritando várias vezes “Planeta ou morte, venceremos!”, no que foi acompanhado pela multidão que o cercava.



## CONCLUSÃO: NOVAS FRONTEIRAS DE EXPANSÃO DO CAPITAL E A RESISTÊNCIA NECESSÁRIA

**A**COP-16, em Cancún, não foi apenas uma conferência para discutir o aquecimento global ou as mudanças climáticas. Muito pelo contrário. A julgar pelos resultados presentes no “Acordo de Cancún” não é difícil perceber que, a cada dia mais, poderosos interesses econômicos e políticos enxergam na crise climática uma oportunidade de negócios.

E quantos negócios! Os pavilhões do *Cancunmesse* estavam abarrotados de pessoas, empresas, governos e até organizações internacionais tentando vender suas “soluções” tecnológicas e, especialmente, seus programas de crédito de carbono, com especial destaque para os mecanismos REDD. Além dos balcões de negócios, alguns países possuíam pavilhões próprios, de tamanhos variados. Dentre eles, três maiores se destacavam: o dos Estados Unidos; o da União Européia; e o do Brasil, o maior de todos.

O pavilhão brasileiro contava com uma sala de conferencias própria e estava todo decorado com motivos amazonenses, ou pelo menos foi isso que se tentou transmitir. Uma selva artificial foi construída, com direito a ocas indígenas, riachos e exposição de sementes amazônicas, sem contar nas inúmeras fotos, mapas e visualizações em *touch-screen*, que permitiam ao visitante conhecer

um pouco mais sobre a realidade da Amazônia brasileira, de acordo com os guias contratados para explicar tudo. Eles falavam inglês e espanhol (mas não português). Uma fumaça artificial que buscava trazer o “cheiro da floresta”<sup>10</sup> e uma ambientação sonora com os ruídos da natureza compunham o cenário. Era como estar andando por uma maquete gigante, que em muito se assemelhava aos cenários das atrações de parques temáticos norte-americanos.

A exclusividade da temática amazônica tinha uma razão muito simples: o pavilhão brasileiro tinha como maior objetivo apresentar e vender o Fundo Amazônia, criado pelo BNDES para financiar projetos que supostamente ajudam o meio ambiente. Mas, em última instância, trata-se de um fundo de investimento de capitais, logo o objetivo de quem investe é claro: lucros. Falando em lucros, o governo brasileiro parecia especialmente empenhado em associar a temática do clima à possibilidade de bons negócios. Assim, o pavilhão contava com uma série de publicações

---

<sup>10</sup> Certamente o cheiro em questão, artificialmente produzido e cuidadosamente escolhido, não incluía o cheiro das queimadas que destroem a floresta amazônica diariamente.

de entidades empresariais sobre mudanças climáticas que explicavam tal ligação com inúmeros exemplos. Nenhuma folha sequer de algum movimento social. Mais adiante, uma série de produtos expostos como exemplos de empresas ambientalmente responsáveis, na visão do governo: desde motocicletas Honda (movidas a etanol) até – pasmem!- garrafas de Coca-Cola, que ganhou um selo “verde” por adotar, em caráter experimental, um processo menos poluente em suas embalagens. A propaganda estatal de produtos e empresas privadas possuía até uma sala própria e um segurança atento para que ninguém roubasse os produtos.

O pavilhão do Brasil era apenas um exemplo, deveras eloqüente, do clima dominante na convenção. Além da venda de produtos e serviços ambientais e do protagonismo dos mecanismos REDD, algumas empresas já estavam chamando a atenção para a possibilidade de negócios futuros, em áreas ainda não exploradas, isto é, mercantilizadas. É o caso do “carbono azul”, que pretende ser uma extensão da lógica REDD para os litorais a até mesmo para os oceanos: ambicionam delimitar e isolar áreas costeiras e fatias da superfície marinha para que se gere um certificado que, convertido em crédito de carbono, possa ser comprado e revendido nos mercados internacionais. Alguns projetos-piloto que visam cooptar e vencer a resistência de comunidades de

pescadores já estão em curso. De fato, os estrategistas do capital parecem estar sempre um passo à frente da nossa capacidade de identificar seus planos e traçar linhas de resistência a eles.

Em tempos de crise financeira e diminuição do ritmo de acumulação de capital, a mercantilização da natureza parece ser uma das estratégias que emerge com força para sustentar a lógica e o sistema capitalista. Não que as fórmulas tradicionais – superexploração dos trabalhadores, usurpação de territórios e recursos naturais – esteja menos presente. Mas com o avanço na mercantilização da natureza e a criação de novos derivativos financeiros a ela ligados, abre-se uma nova fronteira de expansão e acumulação do Capital. Da mesma forma que em momentos históricos anteriores a mercantilização de novos domínios foi uma das saídas encontradas pelos gerentes do capitalismo para manter sua taxa de acumulação e lucro sempre crescendo, o momento atual é caracterizado por mais uma pilhagem capitalista sobre a vida social e o mundo natural: se antes aconteceu com a cultura, o conhecimento e os saberes – através da tal “propriedade intelectual” -, sem contar a privatização até de nossa carga genética (DNA), agora chegou a vez da natureza como um todo receber um preço, virar mercadoria – ar, água e até o trabalho das abelhas!- transformados em “serviços” ambientais. Somada às outras, tal

modalidade ganha ares de tragédia anunciada.<sup>11</sup>

No entanto, se as crises profundas trazidas pelo sistema capitalista sempre ensejaram a busca por novas fronteiras de acumulação do capital, também é verdade que tais processos tendem a gerar fortes e importantes resistências. Não fosse a luta de trabalhadores, da cidade e do campo, de mulheres, negros, estudantes, indígenas, associações de classe e organizações territoriais, o voraz apetite por lucros já teria tornado impossível a vida na Terra.

Assim, a resistência contra esse renovado ataque é, mais do que

nunca, obrigatória e urgente. Muita luta se faz necessária, mas a esperança é mais do que justificada. Afinal, se estivermos unidos, eles não podem nos vencer, sob pena de destruírem a todos e também a si próprios, pois ainda não existem *resorts* de luxo na lua. E, mesmo se existissem, a vista de lá não agradaria tanto aos ricos quanto a vista de praias como as de Cancún, Durban ou Rio de Janeiro.

**“O capitalismo e Acordo de Cancun: faces de uma mesma crise” –**

**Elaboração: PACS e Jubileu Sul Américas (10/março/2011).**

---

<sup>11</sup> Não interessa aqui entrar na polêmica reacendida pelo resgate efetuado por David Harvey sobre a tese de Rosa Luxemburgo acerca da permanência infinita e constante daquilo que Marx chamou de “acumulação primitiva” (Harvey, D. *O Novo Imperialismo*. São Paulo: Edições Loyola, 2004). Aqui, nosso foco não é discutir se existe um “lado de fora” do capitalismo e se, portanto, a acumulação de capital se dá sempre a partir de uma expansão do sistema para novos domínios ainda não-capitalistas – hipótese chamada de “acumulação por espoliação” por Harvey (pp.115-148). Neste artigo, desejamos apenas destacar que a nova leva de criação de títulos e derivativos financeiros - oriundos a partir da “oportunidade” gerada pela crise climática – é capaz de produzir mais capital circulante e disponível, tanto para investimentos quanto para especulação e geração de dívidas; reacender os ânimos e dar mais liquidez em um momento de depressão e enxugamento do mercado. Acentua o processo de financeirização do capitalismo e, com isso, torna mais aguda a face exploratória e predatória desse sistema.

Em suma, algo que ajuda a colocar a roda financeira novamente em velocidade, o que é importante para a valorização do valor sob o regime do capital. Se tal fenômeno é recente ou antigo, se acontece dentro ou “fora” do capitalismo, não nos interessa aqui, neste momento. O importante a ressaltar é sua importância no momento atual para a manutenção e reprodução do sistema. Por isso, a chamada crise climática deveria receber uma atenção especial de todos aqueles engajados na luta anti-capitalista, algo que, infelizmente, ainda não ocorreu. Não se pode mais pensar - se é que já se pôde - que esse é um terreno apolítico ou apenas para “ambientalistas”, pois o mercado está com apetite voraz e aproveitando o flanco aberto por esta problemática em torno do clima, lançando slogans aparentemente inofensivos, como “economia verde”, ao mesmo tempo em que converte a destruição da natureza em lucros privados. Para uma discussão teórica mais aprofundada sobre as polêmicas teóricas referidas, ver: Fontes, V. *O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 2010).